

AGRICULTURA FAMILIAR E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO: O CASO DO MUNICÍPIO DE IPORÃ D' OESTE, SANTA CATARINA¹

Clério Plein²
Sergio Schneider³

Resumo

O objetivo do artigo é demonstrar e analisar algumas das estratégias de reprodução social da agricultura familiar. A metodologia utilizada foi um estudo de caso realizado no município de Iporã d' Oeste, localizado na região Oeste do Estado de Santa Catarina. Utilizou-se também, análise de dados secundários, bem como, pesquisa bibliográfica. Como resultados, destaca-se algumas das estratégias de reprodução da agricultura familiar: integração agroindustrial; migrações; pluriatividade; previdência social rural; comércio local; agroecologia e políticas públicas para agricultura.

Palavras-Chave: Agricultura familiar, estratégias de reprodução social, estudo de caso.

1 - Introdução

Ao contrário da crença tão difundida, a agricultura familiar não é uma etapa transitória que será superada quando vier o “verdadeiro” capitalismo, representado pelas grandes fazendas trabalhadas por assalariados. Conforme destaca Abramovay (1997) “em nenhum país capitalista avançado isso aconteceu e, mesmo entre nós, em muitas regiões mais dinâmicas do País, a agricultura familiar mostra inegável dinamismo”.

No Brasil, o debate sobre a agricultura familiar é recente e ganhou destaque a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990. A emergência da expressão “agricultura familiar” parece ocorrer, simultaneamente, nas esferas política⁴ e acadêmica⁵. Apesar da noção “agricultura familiar” ser recente no Brasil, as categorias sociais que ela pretende identificar não são novas. Já foram chamados de camponeses, pequenos produtores, produtores de baixa renda, produtores de subsistência, entre outras denominações.

A agricultura familiar compreende uma forma social de produção que, apesar de estar inserida na sociedade capitalista, possui uma diferença essencial, ou seja, não há o “divórcio” entre o trabalhador e o dono dos meios de produção, que neste caso, são a mesma ou as mesmas pessoas. Ela é, ao mesmo tempo, uma unidade familiar e uma unidade de produção. A produção se realiza em um estabelecimento onde a propriedade, a gestão e o trabalho provêm da família. A família busca garantir a sua qualida-

de de vida, bem como a transmissão do patrimônio, com vistas à reprodução social da atividade e dos indivíduos. Para garantir a sua reprodução social, a família rural põe em prática determinadas estratégias, que podem estar voltadas à unidade familiar ou à unidade de produção. Estas estratégias são influenciadas tanto pelas características internas da família e da propriedade, como pelo ambiente social e econômico onde estão inseridos. Assim, chega-se ao ponto central deste artigo, ou seja, entender como indivíduos e famílias buscam alcançar a sobrevivência material e a reprodução social.

Inicialmente, com base em pesquisa bibliográfica, aborda-se os aspectos teórico-metodológicos, especialmente, as duas definições centrais deste artigo, ou seja, agricultura familiar e estratégias de reprodução. Em seguida, faz-se uma breve caracterização da agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina e, mais precisamente, do município de Iporã d'Oeste, tendo como base a análise de dados secundários. Finalmente, parte-se para a análise das estratégias de reprodução da agricultura familiar no município de Iporã d'Oeste.

2-Aspectos teórico-metodológicos

Antes de prosseguir, considera-se relevante fazer duas observações metodológicas, do ponto de vista da técnica de pesquisa e da unidade de análise. Optou-se pela técnica de pesquisa baseada no estudo de caso, que segundo Gil (1994), caracteriza-se pela análise profunda, e exaustiva, de um ou de poucos objetos, permitindo o conhecimento amplo e detalhado do mesmo. Este delineamento de pesquisa parte do princípio de que a análise de uma unidade de um determinado universo possibilita compreender a generalidade do mesmo ou, pelo menos, estabelecer algumas bases para uma investigação posterior, mais sistemática e precisa. Para o autor, a experiência acumulada com os estudos de caso confere validade a essa suposição, apesar da sua sustentação, do ponto de vista lógico, não ser possível, pois pode ocorrer que a unidade escolhida seja anormal, o que levaria a conclusões errôneas. Nesse sentido, a impossibilidade de generalização dos resultados, obtidos com o estudo de caso, constitui uma limitação deste tipo de delineamento. Apesar dessas limitações, o estudo de caso é muito freqüente na pesquisa social, especialmente pela sua relativa simplicidade e economia, possibilitando que um único investigador realize a pesquisa.

Para superar esse inconveniente do estudo de caso, uma das soluções, de acordo com Sabino (1979), é a escolha de casos típicos. Essa escolha deverá ser feita em função do conhecimento prévio que se tem sobre a diversidade de casos de um mesmo universo. Assim, o estudo de caso se

aplica com pertinência nas situações em que o objeto de estudo já é suficientemente conhecido, a ponto de ser enquadrado em determinado tipo ideal (Gil, 1994). Nesse sentido, os autores destacam que uma das maneiras de superar alguns dos inconvenientes do estudo de caso é buscar casos típicos, ou seja, explorar objetos que, em função das informações prévias, pareçam ser a melhor expressão do tipo ideal de sua categoria. Dessa forma, a escolha do município de Iporã d' Oeste se justifica, pois a agricultura familiar existente nesse local se enquadra dentro das características mais gerais apontadas para a região Oeste Catarinense. Dentre essas características, destaca-se o tipo de colonização, os colonizadores, a estrutura fundiária, o relevo, tipo de solo, a demografia, bem como os sistemas produtivos.

A unidade de análise da presente pesquisa foi a família rural. Essa opção foi feita a partir de Neves (1995), que destaca a necessidade de fazer uma distinção clara entre unidade familiar e unidade de produção. A autora destaca que a agricultura familiar não pode, simplesmente, ser reduzida à uma unidade familiar de produção. A análise da agricultura familiar, feita tão somente a partir da sua unidade de produção, pode ocultar o outros projetos de vida dos membros da família. O estudo da agricultura familiar não pode reduzir-se ao processo de produção agropecuário. Entende-se que a unidade de produção é resultante de projetos familiares. produção agrícola é apenas uma parte da dinâmica dos interesses dos membros da família (Neves, 1995). Enfim, o estudo da unidade social familiar percebe os projetos dos agricultores que negam a reprodução da atividade. Assim, as migrações, o investimento no estudo, as atividades não-agrícolas são entendidas como estratégias de reprodução das famílias.

As informações e os dados foram obtidos através de entrevistas, análise de dados secundários do IBGE (Censo Demográfico de 2000 e Censo Agropecuário de 1995/96), dados do FAO/INCRA (1996), e ainda, com bibliografias sobre o tema e a região. Entrevistou-se um total de quinze famílias. A entrevista teve como objetivo coletar dados qualitativos e, para tanto, baseou-se num roteiro semi-estruturado. Além das entrevistas com os agricultores, também foram feitas entrevistas com demais atores sociais ligados à administração pública, agência bancária e Casa Familiar Rural, procurando levantar dados mais gerais sobre a agricultura familiar no município. Essas entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

A escolha dos agricultores a serem entrevistados obedeceu ao critério da diversidade. Procurou-se identificar e entrevistar agricultores de diferentes situações referentes a formas de integração ao mercado, grau de desenvolvimento tecnológico e condições econômicas. Buscou-se contemplar também, agricultores especializados na produção de aves, suí-

nos, leite, grãos e fumo.

2.1-Agricultura Familiar e Estratégias de Reprodução

Atualmente, não existe um consenso em relação à definição de que seja a agricultura familiar, porém, na tentativa de encontrar uma definição mais ou menos apropriada para a forma familiar existente na região Oeste de Santa Catarina, considera-se relevantes as características básicas apontadas por Gasson e Errington (1993) que destacam que a agricultura familiar é aquela em que: a gestão é feita pelos proprietários; os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; o trabalho é fundamentalmente familiar; o capital pertence à família; patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família; e os membros da família vivem na unidade produtiva. É importante lembrar que estas características não se encontram, necessariamente, presentes em todas as unidades familiares, entretanto, caracterizam, de modo geral, a agricultura familiar do caso deste estudo.

Para o entendimento da agricultura familiar, é necessário levar em consideração tanto a sua dinâmica interna como as relações que estabelece com o ambiente externo. Nesse sentido, de acordo com Almeida (1986), ocorre a reprodução da família para si, mas articulada com sua inserção na sociedade capitalista. Assim, as famílias adotam determinadas estratégias como respostas à pressões externas.

Para entender o que são estratégias de reprodução, considera-se relevante a contribuição de Schneider (1999):

(...) as estratégias são interpretadas como o resultado das escolhas, opções e decisões dos indivíduos em relação à família e da família em relação aos indivíduos (...) essas estratégias ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais, econômicos até mesmo espaciais, que exercem pressões sobre as unidades familiares. Portanto, a tomada de decisões e as opções, sejam quais forem, de indivíduos e famílias, possuem um referencial que na prática se materializa através das relações sociais, econômicas e culturais em que vivem. Assim, embora se tratem de estratégias conscientes e racionais, essa consciência é mediatizada por uma racionalidade informada pela realidade que tanto é expressão das relações materiais presentes como daquelas herdadas de seu passado e transmitidas culturalmente. Desse modo, as estratégias não são causais ou teleológicas, mas resultado da ação humana frente a contingências e situações objetivas (Schneider, 1999, p. 135).

De acordo com Lamarche (1993), as estratégias familiares podem ocorrer em vários níveis, como no âmbito das variações na intensidade de trabalho, recrutamento, êxodo de membros da família, ampliação ou redução do consumo, diversificação, redução ou intensificação da produção.

É importante destacar a diferença entre as estratégias de reprodução da agricultura familiar e as estratégias de reprodução das famílias dos agricultores familiares. No primeiro caso, as estratégias supõem a permanência das famílias no campo, através de atividades agrícolas ou não. Já a segunda, pode ocorrer tanto pela permanência no campo ou pela migração para a cidade. Essa distinção é importante para entender a migração enquanto uma estratégia de reprodução. No caso das migrações rurais/rurais, trata-se de uma estratégia de reprodução da agricultura familiar. Já no caso das migrações rurais/urbanas, são estratégias de reprodução das famílias dos agricultores familiares.

3-Agricultura familiar no oeste de Santa Catarina

Existem algumas características que são consideradas comuns para a maioria dos agricultores da região Oeste Catarinense. O estudo de Testa *et al.* (1996) destaca que: a atividade agrícola é exercida, quase totalmente, pela mão-de-obra familiar, que possui um baixo nível de instrução formal. As propriedades são pequenas e com solos fortemente inclinados, pedregosos e rasos, com pequena disponibilidade de terras aptas para culturas anuais. Existe uma escassez de capital, com crescente descapitalização da agricultura familiar. A baixa adoção de tecnologia, o predomínio da tração animal e a baixa produtividade da terra são outros fatores característicos. O esforço de produção é destinado em sua maioria para o mercado, ou seja, 80% para o mercado e somente 20% ao auto-abastecimento. Existe uma sazonalidade do fluxo de caixa e no uso de mão-de-obra. Outro fator marcante é a grande distância dos centros consumidores.

Além disso, Abramovay *et al.* (2001) ainda chamam a atenção para o fato do "envelhecimento" e da "masculinização" da população rural da região, uma vez que a maioria dos jovens, principalmente as mulheres, com um nível de educação formal maior, abandonam a propriedade em busca de trabalho nos centros urbanos.

De acordo com Testa *et al.* (1996) em estudos realizados pela EPAGRI-CPPP⁶, existe uma crise na agricultura familiar da região, sendo que, do ponto de vista econômico, somente um terço dos agricultores são considerados viáveis, os demais estariam num processo de descapitalização, exclusão e subsistência⁷. As causas dessa crise seriam a

concentração expressiva da suinocultura⁸, a diminuição do volume de recursos de crédito agrícola e aumento da taxa de juros, o esgotamento dos recursos naturais, a redução da área cultivada de milho e soja, a redução da rentabilidade de alguns produtos tradicionais como o milho e suínos, a grande distância dos principais mercados consumidores, a escassez de terras nobres, a pulverização da estrutura fundiária e a alta densidade demográfica.

Para Silvestro (1995), duas características muito importantes precisam ser consideradas para discutir as possibilidades e os limites da permanência da agricultura familiar no Oeste Catarinense (i) a agricultura familiar sempre foi a base dinâmica da economia agrícola regional; (ii) ainda existe nestes agricultores familiares uma forte vocação agrícola, resistindo no campo em busca de sua permanência. Nesse sentido, é de relevância o estudo de Abramovay *et al.* (2001), sobre a questão da sucessão profissional da agricultura familiar do Oeste Catarinense, que constatou que “para a maioria dos filhos de agricultores do Oeste de Santa Catarina, a permanência na profissão paterna é o horizonte mais desejado”. Entretanto, os autores apontam que a dificuldade de acesso à terra é um dos principais obstáculos para esses jovens⁹. Por outro lado, apontam para uma certa ambigüidade nessa aspiração profissional, sendo que aqueles que permanecem são justamente os jovens do sexo masculino e de nível educacional mais baixo.

Antes de prosseguir para as características da agricultura familiar em Iporã d’ Oeste, são necessárias algumas observações sobre essa caracterização feita para o Oeste Catarinense. Primeiramente, acredita-se que o nível de instrução formal não seja uma variável tão importante para explicar as dificuldades da agricultura familiar. De acordo com Plein (2003), o problema da reprodução da agricultura familiar tem a ver com o modelo histórico de origem e desenvolvimento desta agricultura na região, que em função da crescente mercantilização¹⁰, submete essas famílias, cada vez mais, às influências do mercado. Entretanto, o nível de instrução formal parece ser um fator limitante para aqueles que adotam como estratégia de reprodução, a migração para os centros urbanos em busca de uma colocação no mercado de trabalho. Porém, os que ficam na agricultura, especialmente os ligados às agroindústrias, não necessitam de um elevado nível de instrução formal, uma vez que, trata-se somente de seguir as orientações da assistência técnica. Por outro lado, o nível de instrução, tanto formal quanto informal, é importante para aqueles que buscam vias alternativas de produção, como é o caso da agroecologia, na qual a assistência técnica praticamente não existe, e o mercado precisa ser explorado e conquistado.

O diagnóstico de Testa *et al.* (1996), que classifica os agricultores do

Oeste Catarinense em função da sua renda agrícola, em viáveis, em descapitalização, em exclusão e de subsistência, também merece uma apreciação crítica. Essa forma de classificar determinados estratos de famílias como sendo inviáveis acaba seguindo a metodologia da FAO/INCRA (1996), que dividiu a agricultura familiar brasileira entre consolidados, de transição e periféricos. Nesse sentido, acredita-se que o critério econômico não é o suficiente para classificar uma propriedade como sendo inviável. Será que do ponto de vista social e cultural são realmente inviáveis? Como e porque sobrevivem ou subsistem no modo de produção capitalista? Com certeza, a persistência desses agricultores familiares não se resume à sua “capacidade de sofrer”, como defendia Kautsky (1986). Considera-se estes diagnósticos um tanto deterministas e produtivistas, com uma visão essencialmente agrícola do que seja a realidade da agricultura familiar numa sociedade capitalista. É necessário entender que existem várias estratégias de reprodução social presentes entre os agricultores familiares no Oeste Catarinense. Algumas delas resultam do próprio abandono da agricultura e do meio rural, mas não significa que não estejam se reproduzindo. As estratégias de reprodução da agricultura familiar não se resumem à produção agropecuária. Outros elementos estão envolvidos, como as migrações, as atividades não-agrícolas e a própria aposentadoria. Nesse sentido, essa classificação está muito presa à uma única estratégia de reprodução da agricultura familiar, ou seja, a integração agroindustrial, justamente naquela que aparecem as maiores rendas.

Outra questão que merece alguns comentários é a noção de crise da agricultura familiar. Uma coisa é a reprodução da agricultura familiar via atividade agropecuária e outra é a sua reprodução social *latu sensu*. Isso implica em discutir a integração social. Como foi destacado por Plein (2003), no Oeste de Santa Catarina, apesar da redução de estabelecimentos, a produtividade e o volume da produção são cada vez maiores. Isto indica que, sob este ponto de vista a atividade agrícola não está em crise. Quem está em crise são os agricultores familiares, sobretudo aqueles que possuem determinadas características que se colocam como limites, como o envelhecimento, a distância dos mercados, área de terra reduzida, entre outras. Assim, não existe uma crise do ponto de vista da produção e da produtividade da agropecuária, que crescem cada vez mais. Entretanto, o que existe de fato são problemas relacionados à reprodução das famílias que vivem no meio rural. Para estas, a produção agropecuária, via agroindústria, representa “uma” estratégia de reprodução. Além desta, existem outras, e é “nas” estratégias de reprodução que se precisa centrar a análise da agricultura familiar.

Nesse sentido, o que pretende-se demonstrar neste artigo é como os agricultores familiares, do município de Iporã d’ Oeste, estão buscando

viabilizar-se econômica e produtivamente, sendo que quando estas tentativas não são mais possíveis, por uma série de razões, lançam mão de outras estratégias, que nem sempre estão na propriedade e muito menos no rural.

É este processo contraditório, de estratificação social e econômica, que viabiliza alguns produtivamente e relega outros, que tenta-se demonstrar, surgindo, em decorrência disso, as novas formas de inserção social e econômica, como a agroindústria familiar, o turismo rural, as atividades não-agrícolas, o que torna algumas famílias pluriativas. Outras famílias, em que há agricultores mais idosos, não estão nem dentro e nem fora da dinâmica local da agricultura, uma vez que são aposentados, possuem a sua sobrevivência dependente do Estado.

Outra questão importante para entender a agricultura familiar num determinado local é que não se pode perder de vista os processos mais gerais. É necessário entender porque as agroindústrias são tão seletivas. A resposta não pode ser encontrada no local, pois as empresas capitalistas deslocam-se de regiões inteiras e abandonam estes territórios para buscar vantagens comparativas em outros locais, onde vai haver uma expansão. Isso faz parte da essência do capitalismo, um sistema que produz evolução e expansão, de um lado, e crise e abandono, de outro. É isto que fez com que muitas agroindústrias do Oeste Catarinense migrassem para o Centro-Oeste e Norte do Brasil nos anos recentes. Enfim, sem entender a dinâmica mais geral do capitalismo não se pode entender a estruturação sócio-econômica em um local.

3.1-Breve Caracterização da Agricultura Familiar no Município de Iporã d' Oeste

O município de Iporã d' Oeste, de acordo com os dados do Censo Demográfico 2000, possui uma população total de 7.877 habitantes, dos quais aproximadamente 64% vivem na zona rural¹⁴, o que representa uma média de 4,67 pessoas por estabelecimento. Nas famílias entrevistadas, constatou-se uma média de 5,11 pessoas por estabelecimento, sendo que estas famílias geralmente eram compostas por um casal, dois filhos e uma ou duas pessoas idosas, geralmente aposentadas.

Da população total do município, aproximadamente 51% são homens, situação oposta em relação ao estado de Santa Catarina, o que confirma uma certa tendência à "masculinização" da população do Oeste do Estado (Abramovay *et al.*, 2001), especialmente da população rural, uma vez que nas famílias entrevistadas, 60% das pessoas eram do sexo masculino. Essa "masculinização" se deve, principalmente, à saída de muitos jovens do meio rural, especialmente de mulheres, em busca de trabalho e

estudo nos centros urbanos.

Do ponto de vista da idade da população, encontrou-se a seguinte situação nas famílias entrevistadas: 15% possuem até 10 anos, 18% entre 10 e 18 anos, somente 9% entre 18 e 30 anos, 40% entre 30 e 50 anos e 18% tem mais de 50 anos. A partir desses números pretende-se chamar atenção para dois aspectos. Primeiro, a pequena quantidade de pessoas entre 18 e 30 anos, o que confirma a grande saída de jovens do meio rural, que são, principalmente, jovens do sexo feminino, que saem em busca de uma oportunidade de trabalho e para estudar. O segundo aspecto é o que Abramovay *et al.* (2001) denominaram de “envelhecimento” da população rural, em função, exatamente, da saída dos jovens. Essa saída de jovens do meio rural fica ainda mais evidente nos números de uma pesquisa feita pelos alunos da Casa Familiar Rural do município, que constatou que, de um total de 568 famílias, saíram 229 jovens no período de 1991 a 1996.

Conforme dados do Censo Agropecuário de 1995/96, o município de Iporã d' Oeste, possuía 1.077 estabelecimentos agrícolas, sendo que 98% foram considerados familiares. A área agrícola total ocupada pelos estabelecimentos era de 15.961 ha, o que representa uma média de 14,82 ha por estabelecimento. Entre os agricultores entrevistados, constatou-se uma variação de 3 a 29 ha no que se refere ao tamanho de suas propriedades, e a média de área desses estabelecimentos ficou em 16,18 ha. Ainda de acordo com IBGE (1995/96), a estrutura fundiária do município está assim distribuída: menos de 2 ha (1,7% dos estabelecimentos); de 2 a 5 ha (8,5%); de 5 a 10 ha (24,3%); de 10 a 20 ha (45%); de 20 a 50 ha (18,9%); de 50 a 100 ha (1,3%) e maiores de 100 ha (0,3%).

Analisando os dados acima, pode-se perceber que a agricultura familiar do município caracteriza-se por minifúndios, uma vez que, praticamente 80% dos estabelecimentos possuem uma área inferior à 20 ha. Esse é um aspecto que pode comprometer certas atividades, como é o caso da produção de leite à pasto, que necessita de uma área relativamente grande para os animais. Levando-se em conta uma certa “exigência” de escala mínima de produção por parte das agroindústrias, o tamanho da propriedade poderá ser um fator limitante para a ampliação da atividade, uma vez que a produção de leite, à base de ração industrializada, ou mesmo que depende da utilização de pastagens fora da propriedade, muitas vezes não cobre o custo de produção. Por outro lado, isso obriga os pequenos produtores a realizarem a venda conjunta, o que nem sempre funciona, conforme relato dos próprios agricultores, em função da obrigação do trabalho coletivo.

Além das pequenas áreas, outra característica é a propriedade da terra, já que 91% dos agricultores são proprietários de seus lotes, sendo que as condições de arrendatário (5%), parceiro (2%) e ocupante (2%) são

minoritários (IBGE, 1995/96).

No que se refere à qualidade da área (solo e relevo), percebe-se, claramente, a situação descrita por Santa Catarina (1997) para a Região Hidrográfica do Extremo Oeste de Santa Catarina, destacando-se que: 80% do relevo é forte-ondulado e montanhoso, com solos mediamente profundos, rasos, pedregosos e normalmente férteis, sendo utilizados sem obediência à aptidão de uso¹², onde seria recomendado uma utilização limitada de lavoura anual¹³ e culturas perenes e/ou reflorestamento. Por outro lado, 19% do relevo da região é ondulado e suavemente ondulado, com solos profundos ou mediamente profundos, com pouco ou nenhuma pedregosidade, pouco férteis e muito ácidos. Estes são utilizados com lavoura anual mecanizada e pecuária, sendo que o processo erosivo é menos intenso.

A localização das propriedades, em relação ao asfalto, à sede do município e em relação aos centros consumidores regionais, bem como as condições do acesso, podem ser fatores decisivos para a reprodução da atividade. Veja-se alguns exemplos encontrados à campo. Na primeira situação, as agroindústrias, ligadas à produção de frangos, privilegiam aqueles agricultores cujas propriedades estejam localizadas próximas ao asfalto. De acordo com relatos de agricultores, há empresas que não instalam aviárias em distâncias maiores de 3Km do asfalto. Na segunda situação, a presença de agricultores com atividades não-agrícolas ocorria, essencialmente, nas comunidades relativamente próximas à sede do município, o que possibilitava um deslocamento diário da propriedade até o local de trabalho, podendo a pessoa, apesar de trabalhar fora, exercer, também, atividades agrícolas. Na terceira situação, em função da grande distância do centro, e das péssimas condições das estradas, em uma das comunidades visitadas, a produção de leite como estratégia produtiva era praticamente inviável, pois não possibilitava um acesso adequado dos caminhões que recolhiam o leite, sendo que praticamente toda a comunidade dedicava-se à produção de fumo, que sendo vendido somente uma vez ao ano, não traz grandes problemas em função da distância e das condições das estradas, diferentemente do caso do leite que necessita ser recolhido todos os dias. Na quarta situação, a localização em relação à sede e aos demais centros consumidores era um fator decisivo para produtores que queriam comercializar diretamente seus produtos, como é o caso de alguns produtores de hortifrutigranjeiros, que colocam seus produtos à venda na feira municipal e nos centros mais próximos.

Em relação à utilização de tecnologia¹⁴, o mais surpreendente não é a utilização de tecnologias modernas, como é o caso dos produtores de aves e suínos, mas sim, o "abismo" que ainda existe entre produtores de um mesmo produto. Veja-se dois exemplos de produtores visitados. No

primeiro caso, um produtor de milho, com uma área de 20 ha, que possui trator, ceifa, utiliza todo o "pacote tecnológico", obtendo uma produtividade de 120 sacos/ha e, paralelamente, a menos de 5 km de distância, outro produtor, com 3 ha, utiliza-se da tração animal e do trabalho manual, não utiliza adubação química nem agrotóxicos, compra apenas a semente e possui uma baixa produtividade, em torno de 50 sacos/ha. No segundo caso, um produtor de leite com um infra-estrutura composta por estábulo, tanque de expansão, ordenhadeira mecânica, com animais puros e que fala em "contagem de células somáticas", com uma produtividade média de 20 litros de leite/vaca/dia. De outro lado, um produtor com um simples estábulo de madeira, realiza a ordenha manual, com animais mestiços, conseguindo uma média de 5 litros de leite/vaca/dia.

Esses dois exemplos deixam claro como o processo de modernização da agricultura brasileira foi extremamente desigual. Somente alguns tiveram acesso ao progresso tecnológico e outros foram excluídos do processo, não conseguindo os mesmos ganhos de produtividade, esgotando a fertilidade do solo e, conseqüentemente, descapitalizando suas propriedades.

No caso da produção integrada às agroindústrias, especialmente no que se refere à produção de aves¹⁵, suínos, fumo, não existe essa diferença, percebida nos exemplos acima, pois, existe um padrão tecnológico determinado pela empresa. Entretanto, no caso do leite, a exigência por um padrão é cada vez maior, no que refere-se à ordenha mecânica, resfriador, escala de produção.

O emprego de máquinas ou de mão-de-obra contratada é muito pequeno, uma vez que 90% dos estabelecimentos utilizam somente a mão-de-obra familiar. O que também é bastante marcante, é que a utilização da força animal está presente em 99% dos estabelecimentos. E por outro lado, somente 12,81% dos estabelecimentos possuem trator. Esses dois aspectos estão diretamente relacionados com o tipo de relevo da região, sendo que praticamente 80% é acidentado, e com o tamanho reduzido das propriedades, o que praticamente inviabiliza a compra de um trator, sendo que esta só se torna viável, conforme ressaltado pelos próprios entrevistados, quando existe a possibilidade de prestação de serviços para terceiros, como lavar, distribuir esterco, plantar, etc. Nesse sentido, a mão-de-obra familiar e a utilização da tração animal são dois aspectos muito marcantes da agricultura familiar no município de Iporã d' Oeste.

Segundo estudo da FAO/INCRA (1996), a renda total anual média desses estabelecimentos é de R\$ 8.424,00, sendo que desta, 54,33% é monetária. É interessante observar como esta renda se distribui, pois as maiores rendas estão justamente naquelas propriedades consideradas integradas ao mercado¹⁶ e especializadas¹⁷. Do ponto de vista das atividades

agrícolas da agricultura familiar, pode-se dizer que trata-se sistemas diversificados com especialização para o mercado.

Entretanto, esses dados da FAO/INCRA (1996), como a renda, o grau de especialização e a integração ao mercado, revelam apenas uma das facetas da agricultura familiar, ou seja, caracterizam a agricultura familiar enquanto atividade agrícola. Porém, considera-se que isso oculta outras dimensões, como a renda obtida com os benefícios da previdência, ou ainda, as atividades não-agrícolas. Ambos são elementos essenciais para entender a sobrevivência material e a reprodução social dessas famílias. Assim, o que esses dados revelam é a característica dos sistemas agrícolas, mas não podem ser o único referencial para entender as estratégias de reprodução da agricultura familiar, que vão além das atividades agrícolas e da sua integração às agroindústrias.

De um modo geral, o que se percebe no município de Iporã d' Oeste é que a diversificação produtiva está mais voltada à subsistência da família, como a produção de hortaliças, frutas, piscicultura, leite, mel, bovinos, suínos, aves, ovos. Já a especialização ocorre com as atividades tidas como comerciais, geralmente, envolvendo uma ou duas atividades voltadas ao mercado. As situações encontradas na pesquisa de campo foram três. Na primeira, onde o agricultor tinha apenas uma atividade voltada para o mercado, como a produção de fumo, aves, suínos, leite ou milho. No segundo caso, propriedades que conjugavam duas atividades, destacando-se o leite + suínos, leite + fumo, aves + leite, aves + suínos e fumo + milho. Por último, encontrou-se também situações em que havia a conjugação de três atividades, como aves + leite + fumo, suínos + leite + fumo, milho + fumo + leite.

4-As estratégias de reprodução da agricultura familiar em Iporã D'Oeste, Santa Catarina

As estratégias de reprodução, conforme visto anteriormente, são entendidas como os vários mecanismos, alternativas e iniciativas dos agricultores e de suas famílias, que possuem como objetivo a sobrevivência material e a sua reprodução social. Essas estratégias não se voltam, exclusivamente, às atividades agrícolas, mas outras dimensões, como as migrações e as atividades não-agrícolas também precisam ser consideradas. Enfim, neste item, procura-se analisar como a agricultura familiar, do município de Iporã d' Oeste, está conseguindo ou tentando conseguir, se viabilizar social e economicamente.

4.1.-As Estratégias de Integração Agroindustrial

O processo de integração dos colonos às agroindústrias, especialmente no que se refere à produção de aves, suínos, leite e fumo, parece representar uma importante estratégia de reprodução da agricultura familiar na região. Entretanto, se é uma forma de reprodução para alguns produtores, pode significar também, uma forma de exclusão para outros. De acordo com o que aconteceu com a produção de suínos na região, o que se percebe é que as agroindústrias procuram intensificar e concentrar a produção. Conseguem isso graças aos avanços no progresso tecnológico, que permitem aumentar a produtividade. Assim, conseguem manter, ou mesmo aumentar, o volume produzido, em um número cada vez mais reduzido de propriedades. No caso da produção de suínos, houve uma grande redução no número de produtores a partir dos anos 1980. Para os produtores excluídos desse processo produtivo, tornou-se necessário recorrer a outras atividades que pudessem garantir a sua sobrevivência. Entre estas, destaca-se a reconversão produtiva com integração em outras agroindústrias, como é o caso da produção de leite¹⁹ e fumo²⁰.

Nas entrevistas, percebe-se como o fumo e o leite foram fundamentais para os agricultores excluídos da produção de suínos.

Sempre criamos suínos desde que chegamos aqui em 1967. Começamos a vender leite porque não dava mais certo com o suíno, pois queriam que agente produzisse muito ou parasse de uma vez. Aí o leite e o fumo foram alternativas de renda (Entrevista 01).

Eu trabalhava só com porco. Hoje sou agricultor aposentado e meus filhos trabalham com fumo e leite (Entrevista 07).

Entretanto, a reconversão produtiva, via integração nas agroindústrias, parece ser bastante seletiva, o que acaba excluindo muitos agricultores de determinados processos produtivos. Com base no processo de intensificação e concentração da produção, que ocorreu com a suinocultura na região Oeste de Santa Catarina, a partir dos anos 1980, pode-se imaginar que isto também aconteça com as demais atividades. O início da produção de leite no município guarda semelhanças com o início da suinocultura, em que praticamente todas as propriedades tinham alguns animais. Atualmente, já começa haver uma certa exigência de escala de produção de leite, o que obriga os produtores a aumentar o número de animais, aumentar a produtividade ou fazer a venda associada, para atingirem determinadas metas estabelecidas pelas agroindústrias.

Por outro lado, a produção de fumo parece estar em expansão e agrega, praticamente, a metade dos agricultores do município. Conforme

dados do Deser (2002), o Brasil é o quarto maior produtor de fumo²¹, e maior exportador desde 1993, sendo que a região Sul é responsável por 94% da produção nacional. O Estado do Rio Grande do Sul é o maior produtor (52,18%), Santa Catarina o segundo com 30,46% e Paraná o terceiro (11,70%). De acordo com o Deser (2002), o que faz o Brasil ganhar mercado externo é o comportamento de dois países. De um lado, os EUA, terceiro maior produtor mundial, estão reduzindo a sua produção, motivado pelos altos custos de produção, essencialmente, pela dificuldade de mão-de-obra. Assim, há uma tendência de queda nas exportações de fumo dos EUA. Por outro lado, o Zimbábwe, quinto maior produtor mundial, projeta uma redução na produção de fumo, em função, principalmente, dos graves problemas sociais, políticos e econômicos que o país atravessa.

Percebe-se que, do ponto de vista da produção agropecuária, a produção de leite e fumo, no município de Iporã d' Oeste, são duas formas importantes de sobrevivência de muitas famílias rurais. Entretanto, para aqueles agricultores que não conseguiram viabilizar-se via esses novos processos produtivos, a migração, de todos ou de parte da família, é uma das estratégias de reprodução social. Isto pode ser evidenciado pela redução no crescimento da população a partir dos anos 1980 bem como, pelo crescimento populacional negativo nos anos 1990, indicando a intensificação dos processos migratórios para os grandes centros urbanos.

4.2-As Migrações Como Mecanismo de Reprodução

As migrações sempre foram uma importante estratégia de reprodução da forma familiar de produção. Entre os colonos, eram as migrações rurais/rurais, e a partir do processo mais geral de modernização do Brasil, são as migrações rurais/urbanas que se constituíram numa estratégia de reprodução significativa das famílias do meio rural. Reside aí uma diferença crucial apontada por Renk (2000), demonstrando que, enquanto para os filhos dos colonos que migravam estava presente a continuidade da condição camponesa, atualmente, para os filhos dos agricultores familiares que migram para as cidades, ocorre a negação dessa condição, buscando a sua sobrevivência não mais através das atividades agrícolas, mas, principalmente, pela sua colocação no mercado de trabalho na cidade. Nesse sentido, a migração rural/urbana constitui-se numa estratégia de reprodução das famílias, e não da agricultura familiar. Entretanto, ela merece ser destacada pois pretende-se entender como as famílias rurais buscam garantir a sua sobrevivência.

Para os filhos que migram em busca de oportunidades de trabalho em centros urbanos, a escolaridade é apontada pela família como uma condição essencial. Nesse sentido, se antes a preocupação era dotar os

filhos com terra, agora, é com o estudo que se busca garantir a reprodução social dos filhos que saem da propriedade paterna. Isso pode ser percebido nas entrevistas:

Eu acho que para ser agricultor o estudo não é tão importante. Mas para fazer outra coisa (...) hoje tem que ter estudo para fazer outra coisa (Entrevista 14).

Uma coisa que mudou é que os nossos filhos todos estudaram. Todo mundo colocou os filhos para estudar. Porque na cidade precisa de estudo. Para conseguir um emprego (Entrevista 12).

Essa percepção, da necessidade dos filhos estudarem, faz parte das estratégias de reprodução dessas famílias. Isso acontece em função de não poderem mais dotar os filhos com terra, por uma série de motivos, como o fechamento da fronteira agrícola, o valor da terra, as condições para adquirir e mesmo, a impossibilidade de continuarem subdividindo a propriedade. Assim, acabam investindo na educação, como forma de garantir a reprodução social dos filhos que migram para os grandes centros.

4.3-As Atividades Não-Agrícolas e a Emergência da Pluriatividade

A pluriatividade não é um fenômeno novo na agricultura e considera-se que ela representa uma estratégia de reprodução da agricultura familiar. No caso da agricultura familiar do município de Iporã d' Oeste, foram constatadas várias atividades não-agrícolas desenvolvidas pelos agricultores. Essas atividades estavam relacionadas com o emprego em uma fábrica de pré-moldados, fábrica de esquadrias, malharia, construção civil, faxineira, costureira, fabricação e venda de doces, caixa de supermercado e eletricitista.

O que explica essa busca por atividades não-agrícolas pelas famílias rurais é a incapacidade de garantir a sua sobrevivência unicamente a partir das atividades agropecuárias. No município de Iporã d' Oeste, isto pode estar relacionado com a não integração às agroindústrias tradicionais (suínos, aves, fumo e leite), e mesmo, pelo grande número de pessoas na propriedade, que não consegue garantir a satisfação das necessidades de sobrevivência de todos.

Constatou-se que as atividades não-agrícolas geralmente envolviam um dos membros da família, tanto homens como mulheres, adultos e jovens, em tempo integral ou parcial. No caso dos homens, prevaleciam as atividades na construção civil, fábricas de pré-moldados e esquadrias. Entre as mulheres, as atividades de faxineira, costureira, fabricação e ven-

da de doces, e malharia. Entre os jovens, que geralmente também estava estudando, destacam-se as atividades de eletricitista e caixa de supermercado (rapazes) e faxineira (moças).

Entretanto, uma questão importante que se coloca aqui é a distância em relação ao local do trabalho, uma vez que as atividades não-agrícolas, acima relacionadas, estão muito mais presentes nas localidades relativamente próximas à sede do município, o que permite ao trabalhador pluriativo voltar todos os dias para a sua propriedade, onde ajuda nas atividades agrícolas. Quando a distância é muito grande, os trabalhadores acabam optando em morar na cidade, de segunda à sexta, exercendo atividades agrícolas nos finais de semana. Isso é mais freqüente com jovens que, além de trabalhar, também estudam na cidade.

No caso de Iporã d' Oeste, isso nos remete a pensar na pluriatividade enquanto estratégia de reprodução da agricultura familiar, como fortemente dependente da localização em relação ao mercado de trabalho, muito mais freqüente naquelas comunidades relativamente próximas à cidade. Entretanto, neste caso, apresenta-se uma situação diferente da demonstrada por Schneider (1999), em que a pluriatividade estava vinculada à proximidade de uma região industrializada. No caso da região Oeste Catarinense, existem poucas indústrias, o que torna o acesso às atividades não-agrícolas extremamente restrito.

4.4-A Agricultura Familiar e a Previdência Social no Meio Rural

A previdência rural é um dos elementos do processo mais geral de universalização dos direitos sociais no Brasil nos anos 1990. De acordo com os estudos de Delgado e Cardoso Jr. (2001), ela estaria se transformando “numa espécie de seguro de renda agrícola”.

Essa conversão do seguro-previdenciário em seguro-agrícola é efetivamente um resultado inesperado, porquanto introduz um elemento novo na política previdenciária, qual seja, o seu impacto sobre a produção agrícola do numeroso setor de agricultura familiar de todo o país (Delgado e Cardoso Jr., 2001, p. 236).

Para estes autores, no caso da região Sul, o peso do benefício previdenciário na composição do orçamento domiciliar representa 41,5%, sendo reinvestido na própria atividade produtiva familiar. Nesse sentido, pode-se considerar a aposentadoria como sendo uma estratégia de reprodução para algumas famílias.

No município de Iporã d' Oeste, atualmente existem 1.092 aposen-

tados na zona rural²². Para se ter uma idéia do que isto representa para a economia do município, veja-se os seguintes dados. Em primeiro lugar, de acordo com o Censo Agropecuário de 1995/96, existem 1.077 estabelecimentos agrícolas no município. Isto significa que em cada estabelecimento, há pelo menos, um aposentado que recebe o benefício da previdência rural.

Em segundo, considerando que no ano de 2000, o valor total da produção do município, emitido com nota fiscal, era da ordem de R\$ 17.597.000,00, e que destes, 72,32% são representados somente pela produção de aves e suínos, que atinge apenas em torno de 11% dos agricultores. Por outro lado, percebe-se que os benefícios da previdência atualmente chegam a R\$ 2.620.800,00, por ano.

Por último, a renda total anual média das atividades agrícolas dos estabelecimentos, de acordo com os dados da FAO/INCRA (1996) era de R\$ 8.424,00. Se, em média, existe um aposentado por estabelecimento, hoje isso representa um montante de R\$ 2.600,00 por ano.

Diante desses números, pode-se perceber que estes benefícios possuem um peso considerável para uma grande parcela de produtores, ou seja, não pode-se falar da reprodução social da agricultura familiar, sem levar em consideração os aposentados. Como já foi comentado anteriormente, não é possível entender a agricultura familiar somente do ponto de vista da produção agropecuária. Nos dias atuais, é indispensável entender essa relação da previdência rural e da agricultura familiar.

Nesse sentido, pretende-se chamar a atenção para a relevância que possuem os benefícios da previdência rural, seja para a reprodução das famílias rurais, bem como, para a economia dos municípios onde existe um grande número de aposentados. Essa importância se traduz pela aplicação do dinheiro na atividade agrícola, servindo de “seguro agrícola” como sugerem Delgado e Cardoso Jr. (2001), ou mesmo na aplicação para a saúde, alimentação, ou seja, na melhoria das condições de vida, como demonstrou Biolchi (2002).

Enfim, é indispensável levar em consideração os benefícios da previdência rural, que é um elemento relativamente novo e extremamente importante na análise da agricultura familiar, quer seja na sua reprodução ou na manutenção dos agricultores, não só na região como em todo o país, mas também, na economia de municípios cuja base é a agricultura familiar, como é o caso de Iporã d’ Oeste.

4.5-Agricultura Familiar e Comércio Local

O processo de urbanização da região Oeste de Santa Catarina, intensificado no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, cria um pequeno

mercado consumidor local. Isto acaba gerando um impacto no desenvolvimento local, como é o caso das emancipações recentes.

Iporã d' Oeste emancipou-se no ano de 1988, e uma das conseqüências naturais foi o crescimento da sua sede. Em decorrência dessa urbanização, cria-se um pequeno mercado consumidor local, que também passa a ser abastecido por alguns agricultores, na venda direta de produtos *in natura*.

É essa nova relação, a venda direta, que representa uma forma alternativa de garantir a renda familiar. O agricultor realiza a venda direta dos seus produtos para os consumidores, de porta em porta, na feira municipal ou mesmo para outros agricultores, como no caso relatado abaixo:

Além de vender o fumo para a agroindústria, eu vendo alguma coisa para as pessoas da vila, de porta em porta ou na feira municipal. Vendo também para alguns vizinhos aqui que procuram comprar peixe, rã, ovos (Entrevista 09).

Constatou-se na pesquisa que os agricultores que procuram esses mercados locais são, essencialmente, aqueles que possuem dificuldades de garantir uma renda adequada com as atividades agrícolas integradas às agroindústrias. Não representa a principal fonte de renda, mas é um complemento. Entretanto, a expressão disso para o município é relativamente pequena, envolvendo poucos agricultores.

4.6-Perspectivas da Agricultura Familiar Frente à Mercantilização Social e Econômica

Atualmente, diante da preocupação com os limites técnico-produtivo de uma agricultura "moderna", bem como dos impactos sociais, econômicos e ambientais negativos desse padrão, emergem novas formas de produção, com apelos referentes à preservação ambiental e no que refere-se à saúde dos consumidores. Nesse sentido, a agroecologia aparece como uma proposta de desenvolvimento agrícola e rural, alternativa ao modelo atual em praticamente todo o mundo.

Em Iporã d' Oeste, também existem algumas experiências, porém isoladas, de produtores de produtos orgânicos, no caso, de melado e açúcar mascavo. Por outro lado, a administração pública municipal, via Secretaria da Agricultura, está tentando articular os produtores interessados na produção orgânica, uma vez que existe, em um município próximo, uma cooperativa que compra e comercializa produtos orgânicos.

A agroecologia, enquanto possível estratégia de reprodução da agricultura familiar, é tema, por si só, para uma outra pesquisa. Entretanto, o

que se quer apontar aqui, é que ela pode vir a ser uma das alternativas para alguns agricultores, uma vez que existe a procura por produtos diferenciados (sem agrotóxicos, não-transgênicos, etc.). Porém, isso implica numa série de questões que não são o objeto dessa pesquisa.

Do ponto de vista das políticas públicas para a agricultura familiar, uma das formas de crédito mais frequentes no município de Iporã d' Oeste, é o Pronaf, na modalidade de custeio, conhecido popularmente como "pronafinho". De acordo com entrevista com o gerente da agência do Banco do Brasil do município, no ano de 2001 foram feitos 680 contratos, totalizando R\$ 665.000,00 reais em empréstimos. Isso representa que praticamente 63% das famílias tiveram acesso à esse financiamento. Esse valor aparentemente é pouco, algo em torno de R\$ 800,00 por propriedade beneficiada. Porém, de acordo com as entrevistas, é o suficiente para comprar uma vaca de qualidade, ou pagar metade do valor de uma ordenhadeira mecânica. Outros destacaram que puderam comprar pequenos implementos, como uma plantadeira de plantio direto (tração animal), ou ainda, comprar insumos. Os agricultores relataram que conseguiram melhorar a sua propriedade e que conseguem pagar, facilmente, o financiamento.

Assim, apesar do Pronaf, muitas vezes, ser apontado como um programa social, ele trás também os seus benefícios para a agricultura familiar no município. Não é objetivo desse trabalho fazer uma defesa do Pronaf, mas apenas indicar alguns de seus reflexos. É necessário lembrar que no Brasil, é a primeira vez que existe um crédito específico para este segmento da agricultura, e que, de alguma maneira, conforme apontado pelos próprios agricultores, está ajudando na melhoria das propriedades.

Além do Pronaf, segundo informações obtidas em entrevista com o secretário da agricultura, no município de Iporã d' Oeste, foram concedidas 47 cartas de crédito pelo programa Banco da Terra, havendo ainda, 350 inscritos. Dois fatos se sucederam: um aumento em torno de 40% no valor da terra e um "rejuvenescimento" dos proprietários. Assim, se poderia fazer uma crítica ao programa, bem como, apontar para um aspecto extremamente positivo. A crítica se deve ao fato de ter criado uma elevação compulsória dos preços da terra, possibilitando a venda do lote por um valor muito maior, uma vez que a transação é feita à vista e em dinheiro. Por outro lado, também se percebeu no município, que a maioria das propriedades foram compradas por agricultores relativamente jovens e vendidas por casais, geralmente aposentados e que já não tinham mais sucessores²².

Criaram-se também várias oportunidades de trabalho na construção civil, uma vez que a maioria dos agricultores que venderam a terra compraram um terreno na cidade e construíram casas. Isso pode ser evi-

denciado pelo fato de que, no mesmo período em que saíram as cartas de crédito, no total de 47, iniciaram-se quase o mesmo número de construções na cidade. Esse número de casas sendo construídas, quase ao mesmo tempo, nunca tinha sido verificado antes no município.

Entretanto, essa foi a realidade verificada no município de Iporã d' Oeste, sendo que seria necessária uma pesquisa mais completa e aprofundada, sobre quem comprou e quem vendeu as propriedades, e principalmente, sobre a possibilidade de pagar a dívida. O que poderia ser tema para outra pesquisa.

Apesar desta pesquisa não ter aprofundado o estudo sobre essas duas "novas" perspectivas, ou seja, a agroecologia e as políticas públicas (Pronaf e Banco da Terra), ao pensar no que ambas podem representar para a agricultura familiar, enquanto uma possível estratégia de reprodução, se torna necessário apontar uma diferença crucial. De um lado, o movimento agroecológico representa uma ruptura com o atual modelo de desenvolvimento agrícola, enquanto que a maioria dos agricultores que acessam as políticas públicas, no caso o Pronaf e o Banco da Terra, continuam no mesmo modelo que já os excluiu anteriormente.

Considerações Finais

Os agricultores familiares do município de Iporã d' Oeste, ao longo do processo de modernização da agricultura brasileira, adotaram diferentes estratégias para assegurar a sua reprodução social. A integração às agroindústrias foi uma importante estratégia, do ponto de vista produtivo, que garante renda para muitas famílias, porém, também excluiu outras de processos produtivos tradicionais, como foi o caso da suinocultura. Além da integração agroindustrial, percebeu-se que a migração, de toda família ou de alguns membros, é uma forma para garantir a sobrevivência. Além do mais, as atividades não-agrícolas também são uma forma de garantir renda para alguns agricultores.

Entre as novas estratégias de reprodução não pode esquecer-se do papel que o Estado, através das políticas públicas, vem desempenhando nos últimos anos. Em primeiro lugar, os benefícios da previdência rural são extremamente importantes. Tanto na manutenção da agricultura familiar, como para a dinâmica social e econômica dos municípios. Por outro lado, as políticas do Pronaf e do Banco da Terra também estão tendo os seus impactos sobre a agricultura familiar. No caso do Pronaf, os impactos já são evidentes, uma vez que mais de 50% dos agricultores do município utilizam-se desses recursos. Já o programa Banco da Terra ainda precisa de mais tempo e estudos para fazer uma análise apropriada.

Abstract

The objective of the article is to show and analyze some of the strategies of social reproduction of the family farming. The methodology used was the study of a case accomplished in the municipal district of Iporã d' Oeste, western of Santa Catarina state. Analysis of secondary data, as well as, bibliographical researches was also used. As results, what lead some of the strategies of reproduction of the family farming are: agroindustrial integration; migrations; pluriactivities; rural social welfare; local trade; agroecology and public politics for agriculture.

Key Words: Family farm, strategies of social reproduction, case study.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo / Rio de Janeiro / Campinas: Hucitec / Anpocs / Unicamp, 1992.

_____. *De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. Anais do I Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da EMBRAPA*. Petrolina, 1997. p. 17-27.

_____. et al. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998.

_____. *Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. Anais XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural: competitividade e globalização: impactos regionais e locais*. Recife, 2001. CD-ROM.

ALMEIDA, M. W. B. *Redescobrimo a família rural. Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 1, v. 1, 1986. p. 66-83.

BIOLCHI, M. A. *Agricultura familiar e previdência social rural: efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões aos trabalhadores rurais*. Porto Alegre: UFRGS/PGDR, 2002. (Dissertação de mestrado).

DELGADO, G. C.; CARDOSO Jr., J. C. *Universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90*. In: LEITE, S. (org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001. p. 225-250.

DESER. *Fumo: empresas pagam o que querem os agricultores*. (17-25), nº 125, julho/2002. Disponível em www.deser.org.br/boletins.asp. (Acesso em 15/09/2002).

FAO/INCRA. *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Disponível em www.incra.gov.br/sade/, 1996. (Acesso em 24/04/2001).

GASSON, R. e ERRINGTON, A. *The farm family business*. Wallingford, Cab International, 1993.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

IBGE. *Censo Agropecuário 1995/96*. Disponível em www.ibge.gov.br.

Acesso em 25/04/2001.

KAUTSKY, K. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LAMARCHE, H. (coord.). *A agricultura familiar I: comparação internacional: uma realidade multiforme*. v. 1. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

_____. *A agricultura familiar II: comparação internacional: do mito à realidade*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

NEVES, D. P. *Agricultura familiar: questões metodológicas*. *Revista Reforma Agrária*. Campinas, v. 25, 1995. p. 21-37.

PLEIN, C. *As metamorfoses da agricultura familiar: o caso do município de Iporã d' Oeste, Santa Catarina*. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2003. (Dissertação de mestrado).

PLOEG, J. D. van der. *El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización*. In: GUZMAN, E. S. *Ecología, campesinato y historia*. Las Ediciones de I Piqueta, 1992. p. 135-195.

RENK, A. *Sociodicéia às avessas*. Chapecó: Grifos, 2000.

SABINO, C. A. *El proceso de investigación*. Buenos Aires: El Cid, 1979.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. *Bacias hidrográficas de Santa Catarina: diagnóstico geral*. Florianópolis, 1997.

SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e pluriatividade*. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1999. (Tese de doutorado).

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO. *Iporã d' Oeste 1925-1997*. Prefeitura Municipal de Iporã d' Oeste, 1998. (brochura).

SILVESTRO, M. L. *Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do oeste catarinense*. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, 1995. (Tese de mestrado).

TESTA, V. M. et al. *O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: proposta para discussão*. Florianópolis: Epagri, 1996.

VEIGA, J. E. da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec, 1991.

Notas

1 O artigo é uma versão revisada do capítulo 4 da dissertação de mestrado de Plein (2003), que contou com bolsa de estudo do CNPq – Brasil, durante a realização de seus estudos. A dissertação foi orientada pelo segundo autor.

2 Técnico em Agropecuária, Bacharel em Economia Doméstica (UNIOESTE), Mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), professor do curso de Economia Doméstica da UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão – PR. Rua Bahia, 655, ap. 13, Bairro Vila Nova, CEP 85605-270, Francisco Beltrão – PR. E-Mail: cleriopein@ig.com.br.

3 Sociólogo, mestre e doutor em Sociologia. Professor da UFRGS. E-Mail:

schneide@vortex.ufrgs.br.

4 No cenário político, os movimentos sociais ligados à agricultura familiar, ganham maior espaço com o processo de abertura comercial e econômica iniciado pelo Governo Collor. Esses movimentos discutiam sobre o espaço e o papel dos pequenos produtores rurais, principalmente da região Sul do Brasil, no processo de integração comercial e econômica dos países do MERCOSUL. A legitimação, perante o Estado, ocorre em meados dos anos 1990, especialmente com os dados do estudo da FAO/INCRA (1996), elaborados a partir do Censo Agropecuário do IBGE (1995/96) e a criação de uma política específica para este segmento da agricultura brasileira, o Pronaf.

5 No ambiente acadêmico, destacam-se os trabalhos publicados em língua portuguesa de Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1993, 1999), cujo maior mérito foi ter demonstrado que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos.

6 EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.); CPPP (Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades). Atualmente, o CPPP passou a chamar-se CEPAF (Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar).

7 Essa classificação foi feita com base na Renda da Operação Agrícola (ROA), que é igual à renda bruta, menos os custos variáveis efetivamente desembolsados, menos a depreciação e menos os demais desembolsos efetivos (impostos, taxas, energia, etc.), excluídos os investimentos. Com base na ROA, em US\$ por família por ano, Testa et al. (1996, p. 27), chegaram à seguinte situação econômica dos estabelecimentos agrícolas do Oeste de SC: 36% viáveis (ROA maior que 4.200,00); 36% em descapitalização (ROA entre 2.400,00 e 4.200,00); 23% em exclusão (ROA entre 1.000,00 e 2.400,00); 05% de subsistência (ROA menor que 1.000,00).

8 Em 1980 haviam 67 mil suinocultores na região Oeste de SC, e em 1995 eram apenas 20 mil (Testa et al., 1996).

9 Essa dificuldade de acesso à terra pode ser percebida em função da grande lista de inscritos para o programa Banco da Terra no município de Iporã d' Oeste. No município, existem 1.077 estabelecimentos agrícolas, porém, houve quase 400 inscritos para o programa, sendo que somente 47 foram contemplados com a carta de crédito.

10 Por mercantilização entende-se o processo de integração dos agricultores aos mercados, que materializa-se, por exemplo, através da compra de insumos para a produção, venda da produção e acesso ao crédito. Veja-se, sobre esta definição, o trabalho de Ploeg (1992).

11 É importante lembrar que esta classificação do IBGE entre zona rural e urbana é baseada nos limites do perímetro urbano dos municípios. Nesse sentido, o fato de um município possuir uma parcela da população residindo num espaço denominado de "urbano", não significa, necessariamente, que a dinâmi-

ca social e econômica seja urbana. Sobre os equívocos dessa classificação, veja-se as críticas de José Eli da Veiga (www.econ.fea.usp.br/zeeli).

12 Santa Catarina (1997, p. 48), apresenta as seguintes classes de aptidão agrícola dos solos da Região Hidrográfica do Extremo Oeste de SC: BOA para culturas anuais climaticamente adaptadas (0,2%); REGULAR para culturas anuais climaticamente adaptadas (19%); COM RESTRIÇÕES para culturas anuais climaticamente adaptadas (50,2%); COM RESTRIÇÕES para fruticultura e REGULAR para pastagens e reflorestamento (29,2%); preservação permanente, que inclui águas, estradas e áreas urbanas (1,4%).

13 Apesar de menos de 20% da área ser considerada boa ou regular para culturas anuais (Santa Catarina, 1997), em 48% da área estão implantadas culturas temporárias (IBGE, 1995/96).

14 Em relação à tecnologia, o IBGE (1995/96), apresenta os seguintes dados para os 1.077 estabelecimentos do município: assistência técnica (95,56%); adubos e corretivos (97,77%); controle de pragas e doenças (99,07%); conservação de solo (87,56%); irrigação (0,28%); energia elétrica (92,57%) e tratores (12,81%).

15 A avicultura representa um dos segmentos produtivos mais modernizados da agricultura familiar no município, sendo que, graças aos avanços tecnológicos, tanto no que se refere ao manejo, alimentação e genética, a produção é cada vez maior com menos produtores envolvidos.

16 Em relação à integração ao mercado, FAO/INCRA (1996), apresenta a seguinte classificação: muito integrado (09%); integrados (55%) e pouco integrados (36%).

17 No que se refere ao grau de especialização dos agricultores familiares do município, o estudo da FAO/INCRA (1996), apresenta a seguinte classificação: muito especializado (01%); especializado (13%); diversificado (45%) e muito diversificado (41%).

18 A produção de leite foi uma importante estratégia produtiva para os agricultores excluídos do processo de produção de suínos.

19 A produção de fumo de galpão é uma atividade presente em 47% das propriedades do município, e em 27% delas, representa a atividade econômica principal, sendo talvez a mais importante atividade produtiva atualmente, que garante uma fonte de renda agrícola para muitas famílias. Isso talvez se explique pelo fato dela precisar de uma área relativamente pequena, existir um mercado em expansão e existe financiamento concedido pela empresa.

20 Atrás de China, Índia, EUA, e seguido por Zimbábue.

21 Conforme dados levantados na Agência Regional do INSS de São Miguel do Oeste.

22 De acordo com estudos realizados por Abramovay et al. (1998), na região oeste catarinense, em mais de um terço das propriedades, não se sabe se vai haver um sucessor.

Data de recebimento: 31/03/2004

Data de aprovação: 12/05/2004